

---

## O currículo pelos professores: práticas de ensino de Sociologia no Ensino Médio em Porto Alegre

### The curriculum by teachers: teaching practices of Sociology in High School in Porto Alegre

**Daniel Gustavo Mocelin**

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS);  
Doutor em Ciências Sociais  
pela UFRGS.

E-mail: [daniel.mocelin@ufrgs.br](mailto:daniel.mocelin@ufrgs.br)

#### Resumo

O estudo analisa como professores que ministram a disciplina Sociologia, em escolas de Porto Alegre, praticam a Sociologia Escolar e como eles concebem o currículo que planejam e aplicam, considerando que nem sempre os professores ministrantes são Licenciados em Ciências Sociais. A pesquisa foi baseada em 54 entrevistas com professores que lecionam Sociologia em 47 escolas, onde foram coletados também os planos de ensino aplicados. O estudo revisou princípios das orientações e dos referenciais curriculares oficiais como parâmetro para comparar o “currículo ideal” com o “currículo usual” aplicado nas escolas pelos professores.

**Palavra-chaves:** Currículo escolar. Ensino da Sociologia. Currículo usual. Sociologia viva.

#### Abstract

The study analyzes how teachers who teach the discipline Sociology in schools in Porto Alegre practice the School Sociology and how they design, plan and apply the curriculum, considering that teachers who teach the discipline in schools are not always Licensed in Social Sciences. The research was based on interviews with 54 teachers of Sociology in 47 schools, where the applied teaching plans were also collected. The study reviewed the principles of the official curricular guidelines and references as a parameter to compare the “ideal curriculum” with the “usual curriculum” applied in schools by teachers.

**Keywords:** School curriculum. Teaching of Sociology. Usual curriculum. Living Sociology.

## Introdução

A definição de parâmetros, orientações, referenciais e bases comuns curriculares proporciona importante suporte à qualidade da formação pedagógica e à eficácia do exercício didático dos professores que ministram a disciplina Sociologia na escola. As orientações e os referenciais curriculares funcionam como uma espécie de “gramática elementar”, subsidiando, a partir de diretrizes, o planejamento e o desenvolvimento de atividades educacionais, em especial, no caso da Sociologia, que tem presença recente como componente do currículo escolar e ainda é pouco ministrada por professores com Licenciatura específica. Essas diretrizes buscam traduzir o vasto legado científico e epistemológico das Ciências Sociais, para que possa ser aplicado de forma prática na escola, incorporando avanços a partir do acúmulo das experiências de ensino e de aprendizagem na área.

Os fundamentos das orientações e dos referenciais curriculares refletem prescrições que foram gradualmente construídas e disputadas (MORAES, 2014, 2020) no campo da “Sociologia escolar” (BODART; TAVARES, 2020; MOCELIN, 2020). A própria constituição da “comunidade disciplinar” percorre essas iniciativas oficiais que reintroduzem os conhecimentos da Sociologia na escola (SOUZA, 2008). Nesse sentido, suas diretrizes assumiram papel marcante na conformação do fazer pedagógico na área (BRUNETTA, 2020) e passaram a orientar políticas de formação inicial e continuada de professores, além de servirem à produção e à seleção de materiais, recursos e livros didáticos (SILVA, 2010; MORAES, 2020).

Neste sentido, as orientações e os referenciais curriculares representam um imprescindível “ponto de partida” para qualificar a prática de ensino das Ciências Sociais na escola sempre que adequadamente apreendidas pelos professores, ainda na sua formação, e quando são corretamente incorporadas, em maior ou menor medida, nas experiências pedagógicas, durante a prática escolar realizada cotidianamente. Por outro lado, desvalorizá-las, desconhecê-las ou apropriar-se delas de maneira equivocada, pode produzir efeitos perversos e irremediáveis à qualidade da Sociologia ensinada no Ensino Médio.

Contudo, mesmo que estes documentos oficiais sejam rigorosamente desenvolvidos por comissões especializadas, quem efetivamente define, planeja e

prática o currículo de Sociologia na escola é o professor em exercício na Educação Básica. É nas escolas, e não nas universidades, tão pouco nas instituições educacionais decisórias, que a Sociologia acontece de fato. É por essa razão que problematizar o currículo da disciplina envolve analisar o seu escopo “idealizado” nos documentos de área, frente ao seu padrão “realizado” na sala de aula.

O currículo posto em prática nas escolas deriva de tudo aquilo que caracteriza o projeto didático-pedagógico concebido por cada uma das professoras e cada um dos professores que lecionam as aulas de Sociologia. Esse projeto é derivado de suas trajetórias de formação, escolhas didáticas, opções metodológicas, entendimento sobre a especificidade da disciplina ministrada, maior ou menor abertura às demandas temáticas dos alunos e concepção de “pensamento crítico”; envolvendo, inclusive, a maneira como os professores percebem o processo educacional, além de suas próprias orientações políticas, valores ideológicos, entre muitas outras coisas. Portanto, o “currículo usual”, aquele que é efetivamente aplicado e desenvolvido pelo professor no cotidiano escolar, não pode ser desconhecido, e investigá-lo em contraste com o “currículo ideal”, aquele que é prescrito como parâmetro de uma área de ensino, parece ser um caminho necessário para desvendar o “currículo real” ensinado nas escolas e entender o que se passa concretamente na prática de ensino da Sociologia nos mais de 12 anos após o seu retorno ao Ensino Médio.

O presente estudo parte dessa problemática para analisar a forma como professores que ministram a disciplina em escolas de Porto Alegre praticam a “Sociologia escolar” e como eles concebem seu planejamento e aplicam um currículo, considerando que nem sempre os professores ministrantes da disciplina são Licenciados em Ciências Sociais. Segundo o Censo Escolar da Educação Básica, em 2019, apenas 32,2% dos professores que ministram a disciplina Sociologia nas escolas em todo o Brasil possuem formação específica na área (BRASIL, 2020a). No caso do Rio Grande do Sul, esse dado é ainda mais alarmante: 14,4% dos professores atuantes são Licenciados em Ciências Sociais (BRASIL, 2020b).

A pesquisa tomou como base entrevistas realizadas com 54 professores que lecionam a disciplina Sociologia em 47 escolas de Porto Alegre, sendo 46 professores lotados em escolas públicas e oito em escolas privadas; com idade média de 40 anos, 30 do sexo feminino e 24 do sexo masculino, 28 licenciados em Ciências Sociais e 26

em outras áreas (12 em Filosofia, 6 em História, 5 em Geografia, 2 em Pedagogia e 1 em Teologia). Além dos respectivos depoimentos obtidos em resposta a perguntas de um roteiro semidiretivo, foram coletados os programas/planos de ensino elaborados por esses professores, tendo em vista observar o planejamento e a natureza dos conteúdos selecionados e das metodologias de ensino empregadas nos currículos.

Assume-se, por premissa, que os professores licenciados em Ciências Sociais possuiriam as melhores condições de exercer a prática escolar da Sociologia, porque tomam as orientações e os referenciais curriculares da área por fundamento das suas atividades educacionais. Ou seja, que eles se dedicam a ensinar “hábitos intelectuais típicos” das Ciências Sociais (LAHIRE, 2014), desenvolvendo, junto aos alunos do Ensino Médio, competências e habilidades que deem sustentação à prática do que se denominou classicamente como “imaginação sociológica” (MILLS, 1965), tradicionalmente como “raciocínio sociológico” (BOURDIEU *et al.*, 2004; GIDDENS, 2005) e, contemporaneamente, como “sociologia globalizante” (PIMENTA, 2013; SANTOS, 2014) ou “alfabetização sociológica” (PARMIGIANI; DOMBROWSKI, 2013; MORAES, 2014, 2020).

A correspondência entre a formação em Ciências Sociais e a prática de ensino de Sociologia desenvolvida na escola é preocupação recorrente e foi tratada a partir de diferentes contextos. Logo que a Sociologia se tornou disciplina do Ensino Médio, um estudo realizado com 44 professores de Sociologia de escolas de Porto Alegre, em sua maior parte sem formação específica (30/44), mostrou que os docentes tinham muita dificuldade para justificar a importância curricular da disciplina, sendo reticentes e vagos ao se referirem à finalidade do ensino da Sociologia (PEREIRA; AMARAL, 2010). Os formados na área possuíam conhecimento apurado de autores e conceitos, mas desconheciam a aplicação pedagógica. De fato, o domínio de teorias e de conceitos por parte do professor não garante uma prática pedagógica madura da Sociologia (GUIMARÃES, 2015), tampouco a compreensão de sua finalidade, mesmo por seus praticantes. No mesmo sentido, estudo realizado com 104 professores do estado de Alagoas identificou que o acesso didático é maior entre os que são licenciados na área e menor entre os que não são formados na área, bem como entre aqueles com bacharelado/licenciatura em Ciências Sociais (BODART, 2018).

Neste sentido, entende-se que, para conhecer o “currículo usual” operado nas escolas, é pertinente observar e avaliar como as orientações curriculares são mobilizadas e de que maneira efetivamente os professores se envolvem com essas diretrizes durante o planejamento e a prática do ensino de Sociologia. Por opção metodológica, a formação original – específica ou não na área de Ciências Sociais – foi escolhida como variável independente para averiguar alguns nexos causais sobre outras variáveis referentes ao planejamento curricular dos entrevistados.

Em termos operacionais, a pesquisa propôs identificar como os professores se apropriam das Orientações Curriculares para o Ensino Médio nacional (BRASIL, 2006) e dos Referenciais Curriculares estaduais (RIO GRADE DO SUL, 2009), definidos para o ensino da Sociologia, e em que medida eles mobilizam essas diretrizes e se dedicam a aplicá-las no desenvolvimento de suas práticas de ensino. Foram observados, então, a ocorrência e o efeito da variável formado/não formado em Ciências Sociais sobre outras dimensões, a saber: grau de compreensão das orientações e dos referenciais curriculares; práticas pedagógicas privilegiadas no planejamento didático; natureza do programa de ensino planejado; e concepção sobre a especificidade curricular e a finalidade educacional da Sociologia no Ensino Médio. A categorização interna de cada uma dessas variáveis foi construída indutivamente, a partir da análise de conteúdo das respostas às questões de entrevista e de aspectos dos programas de ensino coletados.

A hipótese que orientou o presente estudo tomou como base que a formação específica em Ciências Sociais é determinante para o uso embasado das orientações e dos referenciais curriculares na aplicação das práticas de ensino da Sociologia na escola. Assim, a formação específica amplia a compreensão dos professores sobre essas diretrizes oficiais e, por conseguinte, quanto mais eles a compreendem, mais a aplicam ao programa de ensino e mais o seu planejamento didático estaria sintonizado com a promoção de uma “Sociologia viva”<sup>1</sup> na escola.

A primeira seção do artigo define a referida ideia de “Sociologia viva” a partir de uma revisão dos princípios fundamentais presentes nas orientações e nos

---

<sup>1</sup> Cabe destacar possível associação com expressão semelhante utilizada por Afro do Amaral Fontoura, nos manuais de Sociologia produzidos por esse autor, entre as décadas de 1940 e 1950, no contexto do movimento “Escola Nova”, que concebia que o ensino das disciplinas escolares deveria ser vivo, dinâmico, ligado à realidade e anticonteudista (Sobre o tema, ver CIGALES, 2014), embora o uso dessa terminologia não tenha sofrido influência direta no presente estudo.

referenciais curriculares oficiais, mobilizando-a como parâmetro para interpolar o “currículo ideal” e contrastá-lo com o “currículo usual” aplicado nas escolas. Na segunda seção, é apresentado o perfil dos entrevistados, relacionando a formação dos professores com a compreensão que têm das diretrizes curriculares e a especificidade que atribuem à disciplina Sociologia. A terceira seção relaciona a formação ou não na área com a natureza do “currículo usual” que aplicam e documentam, mapeando conteúdos ministrados e características das suas práticas pedagógicas, para expor uma tipologia de currículos. A seção final associa os tipos de currículo identificados com a concepção da finalidade da Sociologia, ilustrando essa tipologia a partir de algumas falas dos professores entrevistados.

## 1 “Sociologia viva” e currículo

Não é nenhum mistério que existem diferentes formas de conceber as concepções pedagógicas e as práticas curriculares no âmbito da Sociologia aplicada na escola (RAIZER *et al.*, 2008; PEREIRA; AMARAL, 2010; PIMENTA, 2013; SANTOS, 2014; MOCELIN; RAIZER, 2014; CAREGNATO; CORDEIRO, 2014; GUIMARÃES, 2015; BODART, 2018). Essa condição deriva certamente do caráter multiparadigmático típico das Ciências Sociais, que ainda pode ser direcionado por formas de abordagem ora mais científicas ora mais ativistas. Nem um nem outro desses extremos é inteiramente saudável à Sociologia na educação de nível médio. Isto porque todo currículo expressa um caminho a seguir, um lugar em que se pretende chegar ou uma identidade que se busca formar. No caso das Ciências Sociais, esse percurso ainda envolve ruídos de comunicação entre o campo científico, o campo pedagógico e o campo político. Deve-se considerar, nesse sentido, que todo currículo estabelece certas relações de poder entre esses campos, mesmo quando envolvem a mesma área educacional.

Enquanto o campo científico das Ciências Sociais abarca códigos acadêmicos, baseados em reflexões teóricas e metodológicas, o campo pedagógico tem sua identidade baseada em códigos educacionais e técnicas de ensino, e esse encontro é inevitável quando se fala em ensino de Sociologia na escola (SILVA, 2016). As orientações e os referenciais curriculares têm função determinante em estabelecer

esse diálogo, por meio de diretrizes selecionadas e conteúdos indicados. Os critérios utilizados na seleção desses “decorrem de uma concepção de mundo; então, de antemão, quem define os currículos define as identidades, (...) escolhe um mundo para si e para os outros” (MORAES, 2017, p. 22).

A variabilidade de conteúdos e as perspectivas distintas de leitura desses, nas Ciências Sociais, refletem uma disputa frequente acerca do currículo e da finalidade educacional<sup>2</sup> da Sociologia e da forma como pode ser sua abordagem escolar. Independentemente dessa disputa, existe um fio condutor, uma “essência motora” que orienta a prática da Sociologia aplicada na escola. Tendo em vista construir um parâmetro interpretativo para comparar o “currículo ideal” com o “currículo usual”, proposta do presente estudo, julgou-se correto encontrar, nas orientações e nos referenciais curriculares oficiais, um padrão para o “currículo típico”, uma concepção essencial de “alfabetização sociológica”, denominada “Sociologia viva”.

Uma “Sociologia viva” se opõe a uma Sociologia morta. O que está vivo cresce e se desenvolve. Não é estático, mas dinâmico. Tem por propriedade existir e estar em transformação. Segue um caminho hoje, outro amanhã, sem perder pelo percurso a sua essência. Muda de lugar, sem se desprender da sua história. Continua acumulando experiências. Nesse sentido, entende-se por “Sociologia viva” aquela que contribui com as inúmeras possibilidades de trajetória que podem ser seguidas por estudantes do Ensino Médio, sem a ambição de torná-los protótipos de sociólogo nem ativistas políticos; trata-se da Sociologia que ensina aspectos de seu arcabouço teórico-metodológico e conceitual de maneira pragmática, com foco na prática, de modo a contribuir com o desenvolvimento de qualquer percurso pessoal, profissional ou político, que seja útil à formação de todos, independentemente de suas características, perfil, escolhas, valores e identidades.

A Sociologia não tem na escola a mesma natureza que possui na universidade. Embora as teorias, conceitos e temas a serem trabalhados na escola tenham origem na tradição científica das Ciências Sociais, eles necessitam de tradução para compor o currículo escolar. Por obviedade, e cientes dessa pretensa finalidade educacional, as equipes que coordenaram a elaboração das Orientações

---

<sup>2</sup> Sobre as disputas em torno da discussão pedagógica da disciplina Sociologia na escola, ver Raizer, Meirelles e Pereira (2008), Silva (2010), Santos (2014), Moraes (2014), Mocelin e Raizer (2014), Caregnato e Cordeiro (2014), Raizer e Mocelin (2015), Silva (2016), Moraes (2020).

Curriculares para o Ensino Médio (OCEM-Sociologia, BRASIL, 2006) e das Lições do Rio Grande-Sociologia (RIO GRADE DO SUL, 2009) buscaram propor diretrizes que favorecessem a tradução dos conhecimentos científicos das Ciências Sociais em saberes escolares típicos, evitando torná-las listagens de conteúdos obrigatórios considerados indispensáveis a serem ensinados. A proposta nas OCEM buscava mais “orientar as escolhas de conteúdos e procedimentos didáticos dos professores da disciplina Sociologia” (MORAES, 2020, p. 259).

Parece bastante claro que o desafio das OCEM-Sociologia (BRASIL, 2006) estava em encontrar um modelo pedagógico alternativo à mera transposição dos conteúdos acadêmicos das Ciências Sociais para o ensino no nível médio, garantindo a devida adequação das teorias, dos conceitos e dos temas à linguagem escolar e aos objetivos escolares, evitando a criação de um “currículo enciclopédico”, tanto quanto de um “currículo politizado” ou tampouco a execução de um “currículo espontaneísta”. A ideia era evitar que a Sociologia escolar ficasse centrada no ensino de determinadas teorias e autores, beirando uma reprodução do ensino bacharelesco, bem como que fosse banalizada na configuração de uma “Sociologia partidarizada”, prescrevendo receitas políticas, ou como uma “Sociologia espontaneísta”, baseada na mera manifestação de opiniões, beirando uma reprodução do senso comum dos alunos. A mediação entre os conteúdos da disciplina, o contexto e a cultura local da escola era um elemento central para não engessar as OCEM-Sociologia e as Lições do Rio Grande, em torno de conteúdos obrigatórios. Por isso, a opção foi, naquele momento, propor diretrizes flexíveis, reflexivas e sensíveis à realidade e às necessidades do público escolar, baseada em práticas operacionais e não em conteúdos prescritos.

Em releitura das OCEM-Sociologia, Moraes e Guimarães (2010) reiteraram que o ensino escolar da Sociologia envolve dois princípios inter-relacionados. O princípio epistemológico, que embasa o processo pedagógico específico da disciplina, elege o desenvolvimento, por parte dos educandos, das habilidades de “estranhar” e de “desnaturalizar” a realidade social imediata: “a Sociologia oferece ao aluno ‘modos de pensar’ ou reconstrução e desconstrução de modos de pensar” (MORAES, 2020, p. 260). Por sua vez, o princípio metodológico vincula-se à forma como “teorias, conceitos e temas” podem ser ensinados de maneira mutuamente referente, uma vez



que as teorias tratam de “explicações”, os conceitos de “traduções” e os temas de “casos concretos”; em separado ou descontextualizados, os três métodos de ensino não passariam de um glossário de expressões, terminologias ou dados desconexos a serem memorizados. No caso dos conceitos, esses são especialmente importantes, pois fornecem aos alunos algum domínio da linguagem sociológica no tratamento de fatos, articulando narrativas teóricas e realidades empíricas.

Por fim, há ainda um princípio transversal que anima tudo mais (articulando teorias, conceitos, temas e técnicas de pesquisa social), reforçando a utilização da pesquisa como um recurso didático precioso, indispensável para estimular a curiosidade dos alunos, incentivar a busca de evidências, desenvolver a capacidade de problematizar, além de colocar o aluno em conexão com as narrativas teóricas e os conceitos sociológicos, permitindo “compreender os elementos da argumentação – lógicos e empíricos – que justificam um modo de ser de uma sociedade, classe, grupo social e mesmo comunidade” (BRASIL, 2006, p. 105).

Esses princípios encontram eco também no Referencial Curricular gaúcho, quando se concebe que o ensino da Sociologia no nível médio deve ser desenvolvido a partir de “um conjunto de situações de ensino-aprendizagem que enfoquem temas socialmente relevantes e que sejam, ao mesmo tempo, significativos para os alunos” (RIO GRANDE DO SUL, 2009, p. 91). O ato de pesquisar, como um princípio habitual das Ciências Sociais, sugere ao professor a seleção de temas/problemas geradores “capazes de cativar e motivar os alunos para o seu exame”, tendo em vista empreender tanto quanto possível “o estudo dos mesmos, de suas origens e efeitos sociais, bem como de suas possíveis soluções” (*Idem*, p. 92). Esse último aspecto mencionado reforça o caráter pragmático e útil que a Sociologia aplicada no Ensino Médio precisa assumir: “teorias, conceitos, métodos e resultados de pesquisas devem ser trabalhados de forma criativa e não escolástica [...]” (*Idem*, p. 94).

Ambos referenciais curriculares, um de âmbito nacional e outro estadual, e que ajudam a demarcar a formação básica e a prática regular das professoras e dos professores em atuação, sugerem, de modo consistente, que os planos de ensino de Sociologia merecem ser organizados a partir do exame de temas relevantes para os estudantes e iluminados por conceitos sociológicos fundamentais, lhes oferecendo hábitos intelectuais intrínsecos ao fazer das Ciências Sociais. O núcleo “estranhar e

desnaturalizar” mobiliza conceitos sociológicos. É uma prática de métodos e de técnicas de “pesquisa social”, reservadas às devidas condições educacionais e operacionais da Educação Básica e ao aprofundamento cabível nesse contexto, posto que o foco reside no ensino de hábitos dessa natureza e não na “descoberta” científica.

Nesse sentido, cabe sublinhar como os princípios tratados nas OCEM-Sociologia e nas Lições do Rio Grande convergem com contribuições como as de Mills (1965), Giddens (2005), Ianni (2011) e de Lahire (2014). Não basta transmitir informações: a Sociologia deve auxiliar os estudantes a “usar a informação e a razão a fim de compreender, com lucidez, o que está acontecendo no mundo e dentro deles mesmos” (MILLS, 1965, p.11), isto porque “quanto mais sabemos por que agimos como agimos (...), provavelmente seremos mais capazes de influenciar nossos próprios futuros” (GIDDENS, 2005, p.27). Para Ianni (2011), a função do ensino da Sociologia não envolve um embate entre “verdades”, mas passa por “revelar e desenvolver dados, informações ou noções que os estudantes trazem para a sala de aula”, para então “acrescentar novas informações e interpretações, tendo em vista desenvolver uma compreensão nova, original, científica e viva daqueles fatos” (IANNI, 2011, p. 329-330). No mesmo sentido, Lahire (2014) defende que a Sociologia aplicada na escola pode proporcionar novos hábitos intelectuais, ou seja, exercícios de observação etnográfica, análise estatística e entrevista sociológica. Esses meios desenvolvem maior capacidade de descrição e de narração dos fenômenos sociais ao mobilizarem os sentidos dos alunos para a objetivação da realidade. Se a contagem de dados permite “desenvolver o espírito da investigação”, estimulando a curiosidade, “a entrevista possibilita se colocar no lugar de outros”, entender suas motivações e representações, para romper com julgamentos preconcebidos, uma vez que a Sociologia “se construiu historicamente (...) contra as mentiras deliberadas ou involuntárias sobre o mundo social” (LAHIRE, 2014, p. 57).

A “Sociologia viva” deriva então da pesquisa como princípio e recurso didático no ensino das Ciências Sociais na escola, prática pedagógica de presença essencial no currículo da Sociologia e exercício oportuno para cumprir sua finalidade escolar. Mesmo que observada ainda como um fenômeno em processo de consolidação e que persista marcada na escola por um caráter mais informativo do que metodológico

(OLIVEIRA; CIGALES, 2015), é pelo exercício da pesquisa que se pode provocar reações de espanto e curiosidade nos jovens e produzir mudanças de percepção e de atitude. O sucesso dessa “pedagogia sociológica” e, por consequência, a qualidade do ensino da Sociologia na escola, evidencia-se quando o educando passa a “imaginar sociologicamente”, fazendo uso de conceitos talhados pelas Ciências Sociais para refletir sobre como fatos históricos, políticos, econômicos, culturais e contextuais estão relacionados com suas próprias biografias e trajetórias. Ao adquirir “hábitos intelectuais típicos das Ciências Sociais”, os educandos ampliam sua capacidade de estabelecer e compreender essas relações, as estranhando e desnaturalizando, por meio da pesquisa e a partir das informações e dos novos conhecimentos que trazem, buscam, organizam, classificam, interpretam, comparam e relacionam.

Quando essa didática é corretamente aplicada pelos professores em sala de aula, a disciplina Sociologia pode encontrar seu pleno sentido para o público escolar, na medida em que serve a fins práticos, e não a propósitos parciais, conteudistas, abstratos, utópicos, partidários, ou ideológicos. Ela deixa de pairar pelas escolas como Sociologia “zumbi”, ditando biografias de autores, fazendo decorar conceitos distantes, espalhando palavras de ordem, defendendo “verdades” alternativas; e passa a se impor como disciplina viva, útil, prática, pragmática, que informa, que ensina a pesquisar, que sofisticar a reflexão, que instiga a curiosidade, que promove autonomia, que provoca (re)posicionamento com base em fatos, dados, evidências, resultados de pesquisa. Daí a importância de acompanhar de perto e atentamente a forma como são operacionalizados os currículos produzidos pelos professores, e fortalecer, sempre quando necessário, a sua formação pedagógica adequada, posto que a legitimidade, a presença e o legado educacional do ensino da Sociologia perpassam a correta apropriação de seus princípios curriculares.

## **2 A especificidade da Sociologia escolar**

A pesquisa que embasa empiricamente o presente estudo foi realizada a partir de entrevistas semidirigidas com 54 professores, com uma distribuição equilibrada no que se refere ao sexo, com leve predominância de mulheres, no número de 30, em comparação com 24 homens. Do total de entrevistados, a maior

parte está lotada em escolas de dependência administrativa pública, sendo 30 na rede estadual e 06 na rede federal; 08 professores ministram a disciplina na rede privada (Tabela 1). Embora a amostragem seja pequena, ela representa 8% do universo de professores que lecionam a disciplina Sociologia em Porto Alegre.

**Tabela 1** – Perfil dos professores que ministram a disciplina Sociologia, segundo o sexo, a dependência administrativa da escola e a formação.

Sexo	Dependência administrativa	Licenciatura		Total
		Ciências Sociais	Outras áreas*	
Feminino	Rede pública estadual	11	12	23
	Rede pública federal	4	-	4
	Rede privada	3	-	3
	Subtotal	18	12	30
Masculino	Rede pública estadual	7	10	17
	Rede pública federal	2	-	2
	Rede privada	1	4	5
	Subtotal	10	14	24
Total		28	26	54

**Fonte:** Elaborado pelo autor com base na pesquisa empírica. \*Professores com Licenciatura em outras áreas, sendo 12 em Filosofia, 6 em História, 5 em Geografia, 2 em Pedagogia e 1 em Teologia.

Chama a atenção que na rede pública federal não houve nenhuma ocorrência de professores sem formação específica na área, o que indica maior rigor na correspondência entre a formação e a disciplina ministrada. Essa condição é diferente na rede pública estadual e na rede privada, onde observou-se que 22 de 30 professores (73,3%) e 4 de 8 professores (50%) não são Licenciados em Ciências Sociais, respectivamente. Parece provável, caso sustentada a hipótese geral do estudo, que é nas escolas da rede pública estadual que estaria mais distante a promoção de uma “Sociologia viva”. Apresentados alguns elementos do perfil geral da amostra, adentramos na continuidade da seção em aspectos direcionados à análise da especificidade da disciplina Sociologia e da compreensão sobre as orientações e os referenciais curriculares pelos professores entrevistados.

Durante as entrevistas, os professores entrevistados foram indagados sobre qual seria, na sua visão, a finalidade do ensino da Sociologia na escola e sobre como concebiam a contribuição das aulas de Sociologia para a formação dos estudantes do Ensino Médio. A partir das respostas a essas duas questões, foram elaboradas três categorias para definir a concepção dos professores sobre a especificidade da

Sociologia no currículo escolar, que permitiram uma posterior classificação das respostas<sup>3</sup>. Entre os 54 professores entrevistados, 34 (63%) apontaram o desenvolvimento das habilidades de “estranhar e desnaturalizar” como a especificidade curricular da Sociologia, frente aos demais componentes do currículo escolar (Tabela 2). Este é um resultado importante, quando considerada a promoção de uma “Sociologia viva” na escola, em conformidade com a definição traçada para esse conceito, na seção anterior, pois indica apropriação adequada das diretrizes curriculares pela maior parte dos professores. Porém, os demais 20 professores se dividiram, apontando a especificidade da disciplina entre ensinar a “história do conhecimento sociológico” (18,5%) e tornar as aulas um espaço de manifestação espontânea das “opiniões dos alunos” sobre temas de interesse (18,5%).

**Tabela 2** – Concepção da especificidade da disciplina Sociologia em relação aos demais componentes curriculares, segundo a formação dos professores.

Especificidade da Sociologia escolar	Licenciatura		Total
	Ciências Sociais	Outras áreas	
Estranhamento e desnaturalização	24	10	34
História do conhecimento sociológico	3	7	10
Opinião dos alunos	1	9	10
Total	28	26	54

**Fonte:** Elaborado pelo autor, com base na pesquisa empírica.

Quando relacionada à formação, a especificidade da Sociologia toma sentido diferente. Entre os licenciados em Ciências Sociais, 24 de 28 (85,7%) professores entendem que a especificidade da Sociologia seja promover o estranhamento e a desnaturalização; proporção que cai para 10 de 26 (38,5%) quando considerados os professores licenciados em outras áreas. Entre esses últimos, há uma distribuição equilibrada entre aqueles que destacam a história do conhecimento sociológico (7/26) e a opinião dos alunos (9/26). Esses resultados corroboram com a ideia de que professores com licenciatura específica possuem uma apropriação mais adequada do arcabouço curricular produzido na área. De toda forma, cabe reconhecer que a maior

<sup>3</sup> Essa técnica de construção indutiva das categorias de análise foi replicada para os demais indicadores do estudo, conforme os dados apresentados no decorrer do artigo, durante a exposição dos resultados da pesquisa. Convém considerar, todavia, que a construção dessas categorias tomou por parâmetro um apanhando de fundamentos teórico-conceituais, em acordo com a problemática do estudo e a argumentação desenvolvida na primeira seção do artigo.

proporção dos licenciados em outras áreas também apontam as habilidades de “estranhar e desnaturalizar” como especificidade curricular da Sociologia.

A concepção da especificidade do ensino de Sociologia na escola tem reflexo direto na compreensão que os entrevistados possuem sobre as orientações e os referenciais curriculares da área de Sociologia. A partir das respostas dos professores sobre se já tinham lido e como avaliavam e utilizavam essas diretrizes curriculares, foi possível criar uma variável para mensurar o seu grau de compreensão. Chama a atenção que 14 dos 54 (26%) professores afirmaram desconhecer esses documentos, inclusive dois licenciados em Ciências Sociais (Tabela 3). Entretanto, o ponto positivo é que 40 de 54 (74%) afirmaram conhecê-los e apresentaram compreensão delas, embora 21 não possuam uma compreensão mais precisa. Por outro lado, 19 dos 54 entrevistados possuem entendimento preciso e muito bem embasado.

**Tabela 3** – Compreensão das orientações e dos referenciais curriculares da área de Sociologia, segundo a formação dos professores.

Orientações e referenciais curriculares	Licenciatura		Total
	Ciências Sociais	Outras áreas	
Precisa e embasada	17	2	19
Imprecisa mais aplicada	9	12	21
Desconhece	2	12	14
Total	28	26	54

**Fonte:** Elaborado pelo autor, com base na pesquisa empírica.

Entre os licenciados em Ciências Sociais, 17 de 28 (60,7%) demonstraram ter pleno domínio das orientações e dos referenciais curriculares, enquanto apenas 2 de 26 (7,7%) professores de outras áreas têm a mesma condição. Contudo, deve-se destacar que nove professores com licenciatura específica e 12 sem essa formação conseguem aplicar os princípios curriculares prescritos nos documentos formais, mesmo sem terem um conhecimento preciso. Nestes casos, foi recorrente nas entrevistas com os professores a afirmação de terem lido em algum momento as orientações e os referenciais curriculares, ou durante a graduação, no caso dos licenciados na área, ou quando assumiram as disciplinas nas escolas, no caso dos sem licenciatura específica.

De toda forma, mesmo o sentido das diretrizes formais não sendo tão presente nas falas dos professores, percebe-se a influência dessas sobre as práticas desses professores. Mais uma vez a Licenciatura na área, e/ou uma formação docente adequadamente fundamentada nas diretrizes de área das orientações curriculares nacionais e estaduais, aparece como fator diferencial na promoção de uma “Sociologia viva” na escola. Tal como já apontavam os estudos de Pereira e Amaral (2010), Guimarães (2015) e Bodart (2018), mesmo os professores graduados em Ciências Sociais podem apresentar limitações formativas para uma prática viva, dinâmica e concreta do ensino da Sociologia na escola. Essa constatação recorrente exige ainda mais esforços em uma formação que lhes dê as condições apropriadas para exercer a docência na área, para que a disciplina não acabe sendo desqualificada como componente curricular essencial.

### **3 Métodos e práticas didáticas do “currículo usual”**

O ensino de Sociologia é suscetível a diferentes métodos pedagógicos e práticas didáticas, o que foi plenamente observável nos currículos aplicados pelos professores entrevistados. Alguns planejamentos de ensino são mais densos, com métodos, práticas e recursos mais diversificados, com variações significativas entre os licenciados na área e os em outras áreas. Os programas de ensino coletados junto aos professores entrevistados foram analisados e categorizados em três tipos de currículos, tomando como indicadores qualificativos<sup>4</sup> a disposição de conteúdos, as metodologias de ensino empregadas e as práticas pedagógicas em que se concentram. Essa categorização também considerou respostas às perguntas de entrevista sobre os conteúdos mais trabalhados e sobre a forma como são abordados.

Assim, uma primeira forma de programa de ensino foi caracterizada como “currículo pragmático”, definido como aquele construído tendo em vista o desenvolvimento de hábitos intelectuais, e que mobiliza como metodologia de ensino a conexão entre teorias, autores e conceitos para tratar de temas, acionando como prática pedagógica a pesquisa na escola, como forma de evitar o tratamento

---

<sup>4</sup> Nenhum dos planejamentos de ensino analisados pode ser considerado um “tipo puro”. Os documentos e as entrevistas foram categorizados com base nos elementos que se destacaram como centrais durante o exercício de observação e de classificação do material empírico coletado.

superficial, sem distanciamento, e a “banalização” de um tema ou problema social. Essa forma de currículo corrobora com a concepção de prática pedagógica nomeada por Santos (2014) como “globalizante”, em estudo sobre as aulas de Sociologia, sendo aquela que envolve a atuação conjunta de professores e alunos, de modo que temas do cotidiano desencadeiem a necessidade de utilização de conceitos e de teorias indicadas pelos professores, estabelecendo um processo de aprendizagem pela pesquisa. Os conteúdos mais referidos nos currículos pragmáticos analisados foram: cultura, trabalho, desigualdade, política, gênero, violência, cidadania, racismo e estratificação social, em ordem decrescente. Esse tipo de currículo é aplicado nas aulas de Sociologia por 26 dos 54 (48%) entrevistados (Tabela 4), destacando-se que é o tipo mais aplicado por professores licenciados em Ciências Sociais (19 de 28) e, inversamente, o menos aplicado por licenciados em outras áreas (7 de 26).

**Tabela 4** – Caracterização do “currículo usual” concebido na disciplina Sociologia, segundo a formação dos professores.

Currículo concebido	Licenciatura		Total
	Ciências Sociais	Outras áreas	
Pragmático: hábitos intelectuais	19	7	26
Enciclopédico: conceitos de Sociologia	6	9	15
Espontaneísta: expressão de opiniões	3	10	13
Total	28	26	54

**Fonte:** Elaborado pelo autor, com base na pesquisa empírica.

O segundo tipo de planejamento identificado aponta para a adoção de um “currículo enciclopédico”, aquele que é construído como um grande mapeamento de conceitos das Ciências Sociais, tendo por metodologia a sistematização de teorias e a contextualização de autores e que mobiliza como recursos didáticos especialmente textos e o livro didático. Esse currículo é muito embasado no rigor conceitual e na promoção da linguagem sociológica, e, em grande parte, refletem demandas de avaliações e processo seletivos externos à escola, como o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e os concursos vestibulares. Essa forma de currículo corrobora com a concepção de prática pedagógica nomeada como “cientificista” por Santos (2014), em que os professores acabam por transmitir biografias, conceitos e teorias sociológicas de forma resumida aos estudantes. Os conteúdos mais referidos nesses currículos foram: fato social, autores clássicos, marxismo, ação social, racismo, senso comum,



classes sociais, ideologia, capitalismo, poder, funcionalismo, Estado, socialização, burocracia, *habitus* e cidadania, em ordem decrescente. Esse tipo de currículo é aplicado por 15 dos 54 entrevistados (27,7%), sendo 6 com formação específica e 9 licenciados em outras áreas.

O terceiro tipo de planejamento (ou falta de) foi categorizado como “currículo espontaneísta”, quando não há uma maior preocupação com a formação de hábitos intelectuais típicos da área ou com o ensino de uma linguagem sociológica. A abordagem pedagógica fica restrita a encontros informais para conversar sobre atualidades e problemas sociais contemporâneos, adotando como recursos didáticos materiais de jornal e “assuntos polêmicos do dia”, sem associação mais relevante com os conhecimentos sociológicos, teorias e conceitos, mas bastante voltado a incentivar a participação dos estudantes em causas sociais e políticas. Esse tipo de currículo é bastante próximo do relatado por Pereira e Amaral (2010), em estudo com professores também de Porto Alegre, que afirmavam não planejar um programa mínimo, optando por utilizar a disciplina para debater temas propostos pelos alunos ou assuntos em destaque nos meios de comunicação social. Da mesma forma, assemelha-se com a concepção pedagógica identificada por Santos (2014), quando o professor compreende que os conteúdos de Sociologia devem estar relacionados às questões que emergem espontaneamente dos alunos, atribuindo ao aluno centralidade absoluta no processo de aprendizagem, o que pode também esconder um déficit de formação do professor nos princípios didáticos da área.

Os conteúdos mais referidos nos currículos espontaneístas analisados foram: racismo, ideologia, desigualdade, gênero, aborto, homofobia, direitos, adolescência, cidadania, movimentos sociais, violência e sexualidade, em ordem decrescente. Esse tipo de currículo é aplicado por 13 dos 54 (24%) entrevistados (Tabela 4), destacando-se que é o tipo menos aplicado por licenciados em Ciências Sociais (3 de 28) e, inversamente, o mais aplicado por professores sem formação específica na área (10 de 26).

Como se observa, a partir dessa tipologia, existe uma tendência à aplicação de currículos mais próximos daquilo que é recomendado pelas orientações e referenciais curriculares, especialmente no caso dos licenciados em Ciências Sociais, o que também já havia sido observado acerca da compreensão das diretrizes oficiais e da finalidade educacional da Sociologia escolar. Neste sentido, o “currículo usual”

aplicado pelos professores de Porto Alegre está mais concentrado em direção à prática de uma “Sociologia viva” na escola, fato que também vai refletir nos conteúdos mais abordados, na forma como são aplicados e na prática pedagógica mais recorrente. Enquanto os professores licenciados em Ciências Sociais concentram suas estratégias de ensino na conexão entre teorias, conceitos e temas (21 de 28 entrevistados), os professores sem formação na área adotam com mais frequência metodologias para trabalhar com temas da atualidade ou então se dedicam a contextualizar teorias e autores (Tabela 5).

**Tabela 5** – Metodologias de ensino mais aplicadas na disciplina Sociologia, segundo a formação dos professores.

Metodologia de ensino	Licenciatura		Total
	Ciências Sociais	Outras áreas	
Conexão teorias, conceitos e temas	21	3	24
Biografia e contextualização de autores	5	8	13
Debate: atualidades, ideologia e política	2	15	17
<b>Total</b>	<b>28</b>	<b>26</b>	<b>54</b>

**Fonte:** Elaborado pelo autor, com base na pesquisa empírica.

No que se refere à prática pedagógica (Tabela 6), a pesquisa é desenvolvida como estratégia de ensino principal nas aulas de Sociologia por 25 dos 54 (46,3%) professores entrevistados, mas concorre de perto com as aulas expositivas focadas na leitura de textos (17 de 54) e com as rodas de conversa sobre temas atuais (12 de 54). Entre os professores com habilitação específica, 67,8% (19 de 28) mobilizam a pesquisa para examinar problemas geradores, enquanto que apenas 6 de 26 professores formados em outras áreas recorrem a essa prática pedagógica, sendo que a preferência desses últimos é pelas aulas expositivas, focadas na leitura de textos, e pelas rodas de conversas sobre temas atuais.

**Tabela 6** – Prática pedagógica aplicada na disciplina Sociologia, segundo a formação dos professores.

Prática pedagógica	Licenciatura		Total
	Ciências Sociais	Outras áreas	
Exame de temas por pesquisa na escola	19	6	25
Aula expositiva focada na leitura de textos	6	11	17
Roda de conversa sobre temas atuais	3	9	12
<b>Total</b>	<b>28</b>	<b>26</b>	<b>54</b>

**Fonte:** Elaborado pelo autor, com base na pesquisa empírica.

Convém destacar que os professores que planejam o currículo “pragmático” não deixam de trabalhar também em suas aulas estratégias de ensino baseadas em leitura de textos e em debates sobre atualidades, tampouco de aplicarem práticas de aulas expositivas e rodas de conversa. Esse tipo de currículo caracteriza-se por acumular, de forma equilibrada, as estratégias e as práticas em que os planejamentos “enciclopédicos” e “espontaneistas” acabam por se centrarem. O fato é que opções metodológicas e recursos didáticos vêm sendo acumulados, embora ainda haja subutilização do que existe disponível (BODART, 2018) por parte dos professores, o que pode ter relação com a área de formação dos docentes ou com uma limitada proximidade e compreensão feita das diretrizes curriculares vigentes.

A pesquisa na escola é um princípio didático – metodológico e transversal –, destacado e recomendado nas OCEM-Sociologia (2006) e nas Lições do Rio Grande (2009), que não apenas subsidia a finalidade educacional da disciplina Sociologia, como também caracteriza seu diferencial pedagógico no currículo escolar, especialmente considerando a tendência recente de movimentos interdisciplinares, seja para integrar disciplinas das Humanidades, seja para dialogar com os demais componentes curriculares. A “pesquisa social” compõe o rol das habilidades típicas da área e é uma competência essencial da formação dos Cientistas Sociais, mesmo no caso dos licenciados. Como afirma Pimenta (2013), a pesquisa é o fio condutor de uma concepção de currículo globalizante da Sociologia no Ensino Médio, porque permite avançar dialogicamente sobre um ensino que resume as matrizes curriculares das graduações ou aquele ensino de temas contemporâneos. Cabe, contudo, sempre considerar a situação dos professores que ministram a Sociologia na escola, mas que não possuem formação específica, que podem carecer dessa qualificação pela pesquisa.

#### **4 “Sociologia viva” presente!**

Um achado do presente estudo diz respeito à presença consistente do ensino de uma “Sociologia viva” nas escolas de Porto Alegre. O currículo “pragmático”, que proporciona a aprendizagem de hábitos intelectuais típicos das Ciências Sociais, buscando proporcionar exercícios de estranhamento e desnaturalização, a partir da

prática da pesquisa, é praticado majoritariamente pelos professores que ministram a Disciplina Sociologia (48%), especialmente no caso dos licenciados em Ciências Sociais (67,8%), mas também por alguns professores formados em outras áreas, mesmo que em proporção menor (26,9%).

**Tabela 7** – Caracterização do “currículo usual”, concebido na disciplina Sociologia, segundo a concepção da especificidade da Sociologia e a formação dos professores.

Currículo concebido	Especificidade da Sociologia	Licenciatura		Total
		Ciências Sociais	Outras áreas	
Pragmático: hábitos intelectuais	Estranhamento e desnaturalização	19	6	25
	História do conhecimento sociológico	-	1	1
	Opinião dos alunos	-	-	-
	Subtotal	19	7	26
Enciclopédico: conceitos de Sociologia	Estranhamento e desnaturalização	3	4	7
	História do conhecimento sociológico	3	5	8
	Opinião dos alunos	-	-	-
	Subtotal	6	9	15
Espontaneísta: expressão de opiniões	Estranhamento e desnaturalização	2	-	2
	História do conhecimento sociológico	-	1	1
	Opinião dos alunos	1	9	10
	Subtotal	3	10	13
<b>Total</b>		<b>28</b>	<b>26</b>	<b>54</b>

**Fonte:** Elaborado pelo autor, com base na pesquisa empírica.

O que parece contribuir efetivamente com a presença da “Sociologia viva” na escola é o contato com os princípios e um razoável entendimento sobre o sentido das orientações e referenciais curriculares da área. Tanto que a adoção de um currículo “pragmático” está diretamente associada com a concepção da especificidade da Sociologia na escola, conforme proposto pelas diretrizes curriculares da área. Todos os 19 professores licenciados em Ciências Sociais, que adotam o currículo “pragmático”, apontaram que estranhar e desnaturalizar caracterizam a especificidade da Sociologia na escola (Tabela 7).

Os professores que tomam contato e compreendem os princípios das diretrizes curriculares de área possuem uma visão mais perspicaz da finalidade educacional do ensino de Sociologia, tanto que poucos conceberam as aulas de Sociologia como um espaço para contar a história do conhecimento sociológico ou como uma sessão para ouvir a opinião dos alunos sobre atualidades ou temas polêmicos. Contudo, não se pode negar que alguns professores adotam esses modelos pedagógicos, o que se

expressa nos planejamentos de seus currículos, conforme se pôde constatar por suas falas em resposta às perguntas de entrevista.

Os professores licenciados em outras áreas, especialmente os formados em história e pedagogia, concebem como finalidade da Sociologia a formação do cidadão-crítico, deixando evidente um sentido político mais marcante e orientado para a busca de direitos, a intervenção social e a “emancipação”. Conforme uma professora que adota um currículo de tipo “espontaneísta”, a Sociologia na escola é um espaço para que os estudantes possam trocar ideias sobre assuntos do momento:

Eu trato de assuntos ligados diretamente à vida do aluno. Eles gostam, porque se sentem à vontade por ser uma aula completamente dialogada. A Sociologia é uma conversa mais esquematizada sobre o que acontece, e que os grupinhos acabam comentando por si só, só que na escola de forma mais coletiva (Professora, 29 anos, licenciada em Geografia, escola pública estadual).

Por sua vez, um professor afirmou:

Eu desconheço as orientações nacionais e nunca usei esses referencias do Rio Grande... a aula de Sociologia é para falar dos assuntos do dia, dos temas atuais, de ideologia e da política, por exemplo, que está bombando... o que eles quiserem falar na verdade... eles podem trazer seus assuntos e julgar algum acontecimento que está na boca do povo. Esse é o meu método, e às vezes trago umas matérias de jornal sobre o assunto que interessa a eles, e o que ajuda os alunos a verem como cada um vê aquilo que acontece (Professor, 46 anos, licenciada em História, escola pública estadual).

Entre os licenciados em Filosofia, a prática pedagógica tende a se aproxima mais de uma “história do pensamento social”, ilustrada pela contextualização dos autores, das teorias e dos conceitos sociológicos. Conforme uma professora que adota um currículo de tipo “enciclopédico”:

Não conheço as orientações curriculares de Sociologia. Olha, os temas mais importantes que eu acho na sociologia é a questão do trabalho, a questão do Durkheim, do Marx e do Weber, a questão da... dos preconceitos, do racismo, da segregação, os movimentos sociais, né? E nos terceiros anos gosto de trabalhar os estados totalitaristas, de direita e de esquerda, a Revolução Russa, a Revolução Cubana... (Professora, 68 anos, licenciada em Filosofia, escola pública estadual).

Também se observa essa tendência por práticas mais escolásticas entre os próprios licenciados em Ciências Sociais. Conforme um professor, a legitimidade da Sociologia na escola depende dos conteúdos ministrados:

[...]conheço as orientações curriculares, li na graduação, mas não sei aplicá-las muito bem, não lembro muita coisa na verdade, porque no fim das contas, os professores eles fazem o que eles querem, sabe? E aí, o meu planejamento tá muito mais na minha cabeça do que escrito, entende? O conteúdo... a matéria que eu quero dar eu dou... Então eu trabalho com os

clássicos da Sociologia e da Política, as teorias e os conceitos, e o contexto, textos, porque daí eles se sentem preparados para o Vestibular e eles percebem a importância (Professor, 25 anos, licenciado em Ciências Sociais, Mestre em Ciência Política, escola pública estadual).

Outro professor afirma:

Vi as orientações na formação e depois como referência pra montar o planejamento com os outros professores. Mas eu foco nas leituras dos autores clássicos, estruturas sociais, castas, estamentos, classes, como a sociedade está estruturada. E deixo mais para o final a questão da problemática social, a pobreza, a miséria, o desemprego, quando eles têm maior maturidade, sexualidade, gênero, culturas, essas coisas de tribos urbanas. No geral é isso. Então trago mais é texto xerocado. Às vezes uso vídeo, mas não muito, e música é mais com a letra no papel mesmo. No geral, uso mais é o quadro mesmo pra anotar os conceitos, autores, as teorias, ou pra esquematizar algo, e vou discutindo com eles, né, vamos dialogando (Professor, 47 anos, licenciado em Ciências Sociais, escola pública estadual).

Não se pode desconsiderar, então, que há professores com formação específica que adotam currículos “enciclopédicos”, o que nos leva a inferir que a aplicação de uma “Sociologia viva” na escola não necessariamente deriva de ser licenciado na área, mas muito mais de conhecer conceitualmente e de fazer uso aplicado das orientações e dos referenciais curriculares da área. Tanto que os professores licenciados em Ciências Sociais, considerando aqueles que possuem maior entendimento dos princípios das diretrizes curriculares, atribuem à Sociologia a finalidade de instrumentalizar o educando para uma compreensão mais esclarecida sobre a lógica dos fatores que dinamizam a realidade e as transformações sociais, fazendo uso de forma mais recorrente da prática da pesquisa, o que possibilita problematizar. Para a maior parte desses professores, a Sociologia não procura orientar a ação do estudante, mas antes se propõe a auxiliar na “compreensão sociológica”, que por sua vez, poderá (re)orientar a ação do educando.

Neste sentido, conforme duas professoras que adotam um currículo de tipo “pragmático”, a Sociologia só tem sentido na escola se contribuir com a formação do estudante do Ensino Médio:

O nosso currículo está de acordo com a orientação curricular. Então eu penso que a Sociologia não veio para trabalhar especificamente conteúdos que devem ser algo que o aluno tenha que saber. Não é tanto o conteúdo, mas a postura crítica. Sempre o perguntar, o questionar, não dar nada como natural, pensar que aquilo tem uma explicação, que o comportamento tem um motivo, a gente tem uma motivação para fazer alguma coisa, e tentar entender, quais são os padrões que fazem com que determinadas pessoas façam determinadas coisas, e que isso não é um automatismo, é sempre um

parar e pensar. É o que eu trabalho (Professora, 38 anos, licenciada em Ciências Sociais, escola privada).

Outra professora destaca a importância da atividade de pesquisa:

As Ciências Sociais ampliam o repertório de compreensão da realidade exterior e, em consequência, da própria vida individual, particular. A pesquisa é preconizada como princípio pedagógico na LDB, nas Diretrizes. Eu a uso também como recurso didático aplicado às características e possibilidades da Educação Básica, em termos de tempo e de aprofundamento. Por isso “entender o mundo” e “entender-se no mundo”. Não considero a contribuição da Sociologia como um processo terapêutico, porém, como os estudantes também não devem ser tratados como minisociólogos, uma repercussão no entendimento da vida pessoal, articulada ao social, é inevitável; ao estudar, pesquisar, debater a partir das Sociais, há um desvelamento das interferências que sofremos nas instâncias mais íntimas. Nesse processo, diante dessa consciência de si, na relação com o social, cada pessoa percebe certa liberdade na condução dos seus pensamentos, das suas ações, das suas possibilidades e impossibilidades. E até auxilia enxergar sentido no estudo de uma área que não será exatamente a profissão de muitos estudantes (Professora, 41 anos, licenciada em Ciências Sociais, Mestre em Educação, escola pública federal).

Como se constata, a partir desse apanhado de depoimentos, é no currículo aplicado pelo professor, na escola, que os pressupostos científicos e pedagógicos do ensino das Ciências Sociais precisam estar valorizados. Aí reside a importância do sentido dessas diretrizes oficiais ser plenamente explorado na formação inicial e durante a formação continuada de professores. Quem vai relacioná-las com as experiências escolares são os próprios professores, no exercício da docência e no cotidiano escolar. É desta forma que essas diretrizes podem continuar influenciando e irem sendo melhores incorporadas, apreendidas e resignificadas pelos agentes envolvidos com o ensino de Sociologia na escola.

Lacunas formativas observadas entre os professores que ministram a Sociologia, nos estudos de Pereira e Amaral (2010), Mocelin e Raizer (2014), Guimarães (2015) e Bodart (2018), permanecem visíveis no presente estudo, mas claramente com menor incidência. Foi possível identificar, entre os 54 entrevistados, indicadores mais positivos, que apontam para um melhor desempenho no desenvolvimento de práticas pedagógicas de qualidade na área, fenômeno talvez condicionado pela crescente organização e pelo fortalecimento do campo da Sociologia escolar, fato que, ao que tudo indica, proporciona maior profissionalização da docência escolar das Ciências Sociais, e, por conseguinte, formação mais consistente dos professores.

## **Considerações finais**

No contexto atual das incertezas que cercam a presença da disciplina Sociologia no currículo escolar, marcado por angústias que permeiam a reforma do Ensino Médio e a composição da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a temática do currículo se acentuou na área do ensino da Sociologia. Contudo, não se pode afirmar que tais mudanças já alijaram a Sociologia do currículo do Ensino Médio, visto que afirmar isso seria o mesmo que dizer que todos os componentes curriculares, exceto linguagens e matemática, estariam de fora do currículo. Para além dessas circunstâncias emergentes, que causam certo alarde no campo do ensino da Sociologia, repercutindo preocupações e anseios que muitas vezes são mais de ordem ideológica do que propriamente curricular, o presente artigo se debruçou sobre algo interno ao campo, que precisa ser resolvido no e pelo campo.

Na prática, não existe um currículo mais real que não seja aquele usualmente aplicado pelo lecionador da Sociologia na escola. Esse currículo não é determinado pela reforma do Ensino Médio, tampouco pelas incertezas que rondam a versão mais recente da BNCC. Ainda é cedo para mensurar as consequências dessas mudanças, considerando que as redes estaduais adquiriram “autonomia” na definição do currículo e de suas disciplinas componentes. No caso das escolas do Rio Grande do Sul e de Porto Alegre, a disciplina de Sociologia permanece na grade curricular.

O “currículo usual” sempre será desenvolvido pelo professor em atuação na escola. Então, o caminho que precisa continuar sendo traçado para qualificar a Sociologia ensinada na escola ainda é a formação do professor. Destaca-se, portanto, o papel decisivo que possuem as orientações e os referenciais curriculares, nacionais e estaduais, em pauta há mais de 12 anos, para profissionalizar e qualificar o professor de Sociologia e o “seu currículo”. Por essa razão, foi preocupante observar que muitos professores que ministram a Sociologia, em escolas de Porto Alegre, desconhecem as orientações curriculares, independentemente de serem ou não licenciados na área. É preciso considerar os professores como agentes participantes de um campo disciplinar específico, imersos, portanto, em instituições e diretrizes constitutivas que não apenas os constroem, mas lhes fornecem um contexto para



agir. O resultado, bem como o alcance, das suas atividades pedagógicas é diretamente proporcional à compreensão das orientações e dos referenciais curriculares e da habilidade que possuem para partir dessas recomendações para atuarem a partir delas e com elas na esfera educacional.

A hipótese do estudo foi comprovada, mas se complexificou a partir dos achados e das reflexões provocadas pela pesquisa empírica, que indicou difusão significativa dos princípios curriculares da área entre os professores licenciados em Ciências Sociais, mas também junto aos professores não formados na área. Os professores com ou sem formação específica, mesmo aqueles que não têm um conhecimento preciso das orientações e dos referenciais curriculares, demonstraram serem capaz de mobilizar, por seu planejamento e em suas práticas de ensino, as diretrizes propostas e aplicá-las, quando se dispuseram a isso. Essas evidências demonstram como as orientações e os referenciais curriculares ainda vigentes não podem ser desprezados como meio de qualificar a Sociologia ensinada na escola. Neste sentido, cabe aos novos currículos escolares estaduais não só estabelecerem diretrizes curriculares claras, mas considerarem e partirem de todo o referencial já disponível, consolidado e já experimentando, para que se possa continuar avançando na formação de professores e na produção de práticas de ensino.

As OCEM-Sociologia e as Lições do Rio Grande-Sociologia constituem uma “ponte” de compreensão sobre a finalidade e a aplicabilidade da prática pedagógica em Ciências Sociais. Essas diretrizes curriculares são um ponto de partida indispensável. Elas já deixaram um legado irrefutável para o desenvolvimento e a qualidade do ensino de Sociologia. Sua força parece estar em seus fundamentos, que não deixam restringir a possibilidade de novos saltos e avanços pedagógicos. A formação qualificada de quem leciona a disciplina Sociologia reverbera na conexão entre o “currículo ideal” das diretrizes curriculares e os tipos de “currículo usual”. Mesmo que nem sempre em sintonia com as diretrizes, foi observado que é a correta manipulação e operacionalização das diretrizes curriculares, pelos professores que ministram a disciplina, o que efetivamente parece promover uma “Sociologia viva” na escola. Será esse fator, que a princípio poderia ser considerado quase que como residual, que efetivamente pode produzir um “currículo exemplar” conforme aquilo

que defendemos? Esse achado de pesquisa ainda exige estudos de maior escopo empírico. Se viver é preciso, navegar também é.

## Bibliografia

BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. *Ofício de sociólogo: Metodologia da pesquisa na Sociologia*. Petrópolis: Vozes, 2004.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Censo da Educação Básica 2019: Resumo Técnico*. Brasília: INEP, 2020a.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Censo da Educação Básica 2019: Resumo Técnico do Estado do Rio Grande do Sul*. Brasília: INEP, 2020b.

BRASIL. *Orientações Curriculares para o Ensino Médio: Ciências Humanas e suas tecnologias*. Coordenando por Amaury Cesar Moraes, Nelson Dácio Tomazi e Elisabeth da Fonseca Guimarães. Brasília: Ministério da Educação/SEB/MEC/DPEM, 2006.

BODART, Cristiano das Neves. Prática de ensino de Sociologia: as dificuldades dos professores alagoanos. Londrina, *Mediações*, v. 23, n. 2, p. 455-491, mai./ago. 2018.

BODART, Cristiano das Neves; TAVARES, Caio dos Santos. Quando o assunto é Sociologia escolar: estado da arte nos periódicos de estratos superiores nas áreas de Ciências Sociais, Educação e Ensino. *Revista de Ciências Sociais*. Fortaleza, v.51, n.1, p. 353-396, 2020.

BRUNETTA, Antonio Alberto. O ensino de Sociologia e a metodologia de ensino [verbete]. In: BRUNETTA, Antonio Alberto; BODART, Cristiano das Neves; CIGALES, Marcelo Pinheiro. *Dicionário do Ensino de Sociologia*. Maceió-AL: Editora Café com Sociologia, 2020. pp. 229-233.

CAREGNATO, Célia Elizabete; CORDEIRO, Victoria Carvalho. Campo Científico-Acadêmico e a Disciplina de Sociologia na Escola. Porto Alegre, *Educação & Realidade*, v. 39, n. 1, p. 39-57, jan./mar. 2014.

CIGALES, Marcelo Pinheiro. Dilemas da sociologia no Brasil: análise sobre os manuais escolares de Amaral Fontoura e Fernando de Azevedo. São Paulo, *Alabastro*, v. 2, n. 4, p. 65-78, 2014.

GIDDENS, Anthony. *Sociologia*. Porto Alegre, Artmed, 2005.

GUIMARÃES, Elisabeth da Fonseca. As orientações curriculares nacionais, a formação dos professores e as licenciaturas em Ciências Sociais. In: MIRHAN, Lejeune (Org.). *Sociologia no Ensino Médio: desafios e perspectivas*. São Paulo: Ed. Anita Garibaldi, 2015.

IANNI, Octávio. O ensino das ciências sociais no 1º e 2º graus. Palestra proferida em 1985. *Cad. Cedes*. Campinas, vol. 31, n. 85, p. 327-339, 2011.

LAHIRE, Bernard. Viver e interpretar o mundo social: para que serve o ensino da sociologia? *Revista de Ciências Sociais*. Fortaleza, v. 45, n. 1, pp. 45-61, 2014.

- MILLS, Charles Wright. *A imaginação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.
- MOCELIN, Daniel Gustavo; RAIZER, Leandro. Ensino da sociologia no Rio Grande do Sul: histórico da disciplina, formação do professor e finalidade pedagógica. *Revista Brasileira de Sociologia*. Sociedade Brasileira de Sociologia, v. 2, n. 3, p. 101-127, 2014.
- MOCELIN, Daniel Gustavo. O ensino de Sociologia e o seu campo [verbete]. In: BRUNETTA, Antonio Alberto; BODART, Cristiano das Neves; CIGALES, Marcelo Pinheiro. *Dicionário do Ensino de Sociologia*. Maceió-AL: Editora Café com Sociologia, 2020. pp. 57-62.
- MORAES, Amaury Cesar. O ensino da Sociologia e as Orientações Curriculares para o Ensino Médio (OCEM) [verbete]. In: BRUNETTA, Antonio Alberto; BODART, Cristiano das Neves; CIGALES, Marcelo Pinheiro. *Dicionário do Ensino de Sociologia*. Maceió-AL: Editora Café com Sociologia, 2020. pp. 259-264.
- MORAES, Amaury Cesar. O ensino de sociologia: mediação entre o que se aprende na universidade e o que se ensina na escola. *Teoria e Cultura*, v. 12, n. 1, p. 21-33, 2017.
- MORAES, Amaury Cesar. Ciência e ideologia na prática dos professores de Sociologia no ensino médio: da neutralidade impossível ao engajamento indesejável, ou seria o inverso? *Educação e Realidade*. Porto Alegre, Vol. 39, n. 1, p. 17-38, 2014.
- MORAES, Amaury Cesar; GUIMARÃES, Elisabeth da Fonseca. Metodologia de ensino de Ciências Sociais: relendo as OCEM-Sociologia. In: MORAES, Amaury Cesar de (Coord.). *Sociologia: ensino médio*. Brasília: MEC/SEB, 2010. pp. 45-62.
- OLIVEIRA, Amurabi; CIGALES, Marcelo Pinheiro. A pesquisa como princípio pedagógico no ensino de Sociologia: uma análise a partir dos livros selecionados no PNLD 2015. *Ciências Sociais Unisinos*. São Leopoldo, v. 51, n. 3, p. 279-289, set/dez., 2015.
- PARMIGIANI, Jacqueline; DOMBROWSKI, Osmir. O alfabetismo sociológico: uma contribuição para o debate sobre o ensino de sociologia. *Tempo da Ciência*. Toledo-PR, v. 20, n. 40, p. 191-208, 2013.
- PEREIRA, Luiza Helena; AMARAL, Jonathan Henriques do. A Sociologia no Ensino Médio em Porto Alegre-RS. Londrina, *Cient., Ciênc. Human. Educ.*, v. 11, n. 1, p. 15-22, Jun. 2010.
- PIMENTA, Rosangela Duarte. Ensino e pesquisa: do pedágio ao trânsito livre. In: J. RAMALHO; R. SOUZA (Orgs.), PIBID: memórias de iniciação à docência. Campina Grande, Editora UFCG, 2013. pp. 211-222.
- RAIZER, Leandro; MEIRELLES, Mauro; PEREIRA, Thiago Ingrassia. Escolarizar e/ou educar? As perspectivas do ensino de Sociologia na educação básica. *Pensamento Plural*. Pelotas, n. 2, p. 105-123, 2008.
- RAIZER, Leandro; MOCELIN, Daniel Gustavo. Concepções político-ideológicas e didático-pedagógicas dos participantes do IV ENESEB. *Ciências Sociais Unisinos*. São Leopoldo, v. 5, n. 3, p. 316-329, 2015.

RIO GRANDE DO SUL. Departamento Pedagógico da Secretaria de Estado da Educação. Referenciais Curriculares do Estado do Rio Grande do Sul: Área de Sociologia. IN: *Lições do Rio Grande*. Organizado por Enno Dagoberto Liedke Filho. Porto Alegre: SEDUC-RS, 2009.

SANTOS, Mário Bispo dos. O PIBID na área de ciências sociais: condições epistemológicas e perspectivas sociológicas. *Revista Brasileira de Sociologia*, v. 2, n. 3, p. 55-79, 2014.

SILVA, Ieizi Luciana Fiorelli. *Das Fronteiras Entre Ciência e Educação Escolar: as configurações do ensino das Ciências Sociais/Sociologia no Estado do Paraná (1970-2002)*. Porto Alegre: Cirkula, 2016.

SILVA, Ieizi Luciana Fiorelli. O ensino das Ciências Sociais/Sociologia no Brasil: histórico e perspectivas. In: MORAES, Amaury Cesar de (Coord.), *Sociologia: ensino médio*. Brasília: MEC/SEB, 2010. pp. 15-44.

**Recebido em:** 30 out. 2020.

**Aceito em:** 06 dez. 2020.

#### COMO REFERENCIAR

MOCELIN, Daniel Gustavo. O currículo pelos professores: práticas de ensino de Sociologia no Ensino Médio em Porto Alegre. *Latitude*, Maceió, v.15, edição especial, p.62-89, 2021.